

POÉTICAS DA ILHA DE SÃO VICENTE NO RIO ARAGUAIA E A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Luama Socio (UNITINS)
luamasocio@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem o propósito de apresentar análises e reflexões sobre a poética presente nos discursos dos habitantes do Quilombo Ilha de São Vicente no rio Araguaia, em especial sua relação com a produção da identidade quilombola à medida que se compreende o plano discursivo como elemento cultural capaz de apontar para tal identidade. O trabalho tem como *corpus* os textos publicados no *sítio* Histórias da Ilha, o qual constitui o resultado de um projeto de extensão implementado pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) no ano de 2019. Abordamos aqui as implicações do conceito de sujeito relacionado com a estrutura linguística concomitante à visão de mundo implícita nos discursos, em conexão com o estilo literário vinculado à oralidade; descrevemos os sentidos das principais figuras que aparecem nas histórias narradas pelos quilombolas e apontamos para peculiaridades da variação oral da Língua Portuguesa praticada pelos habitantes da Ilha.

Palavras-chave:

Quilombo Ilha de São Vicente. Identidade quilombola. Literatura oral.

ABSTRACT

This article has the purpose of presenting analyzes and reflections on the poetics present in the discourses of the inhabitants of the Quilombo Ilha de São Vicente in the Araguaia River, especially the relation with the production of quilombola identity as the discursive plane is understood as a capable cultural element to point to such an identity. The corpus of the work is the texts published on the Histórias da Ilha website, which is the result of an extension project implemented by the Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) in 2019. We discuss here the implications of the concept of subject related to the structure linguistics concomitant with the worldview implicit in the speeches, in connection with the literary style linked to orality; we describe the meanings of the main figures that appear in the stories narrated by the quilombolas and point to peculiarities of the oral variation of the Portuguese Language practiced by the inhabitants of the Island.

Keywords:

Quilombo São Vicente Island. Quilombola identity. Oral literature.

1. Introdução

Esse artigo tem o propósito de apresentar reflexões sobre as poéticas do Quilombo Ilha de São Vicente no rio Araguaia, localizado no

município de Araguatins-TO, em especial sua relação com a produção da identidade quilombola à medida que se compreende o plano discursivo como elemento cultural capaz de apontar para tal identidade. Esse trabalho tem como *corpus* os textos publicados no *site* Histórias da Ilha, o qual constitui o resultado de um projeto de extensão implementado pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), conduzido por mim desde o segundo semestre de 2019. O trabalho surgiu da necessidade de preservação dos saberes tradicionais, imateriais, constitutivos da identidade nacional, presentes no Tocantins. A produção dos textos publicados no *site* foi determinada pela interação entre os contadores das histórias, que são moradores da Ilha de São Vicente, e os pesquisadores, que realizaram uma espécie de semidireção durante os atos discursivos, os quais foram gravados em vídeo, e edição da versão escrita. Nas histórias sobressaem os signos da forte conexão entre os seres humanos e o seu lugar de pertencimento, para além da materialidade imediata, apontando para as formas próprias do uso da palavra, que vão desde a estética de sua linguagem até os sentidos variados de seus conteúdos simbólicos. Pela palavra, pela linguagem, o quilombo supera a limitação territorial da Ilha e comunica suas mensagens ao mundo.

Na segunda parte do nosso artigo analisamos as implicações do conceito de sujeito relacionado com a estrutura linguística concomitante à respectiva visão de mundo em conexão com o estilo literário vinculado à oralidade. Na terceira parte descrevemos os sentidos das principais figuras que aparecem nas histórias contadas pelos quilombolas. Na quarta parte apontamos para peculiaridades da variação oral da Língua Portuguesa praticada pelos habitantes da Ilha de São Vicente.

2. *Sujeito e literatura oral*

Por estarmos abordando questões abarcadas pelo contexto quilombola, vale ressaltar a diferença desse trabalho - que tem como centro a potência poética, ou seja, o processo criativo da linguagem e dos discursos -, com uma abordagem antropológica que eventualmente tivesse o objetivo de registrar essa linguagem nas suas formas espontâneas com vistas à documentação cultural. Nosso *corpus*, é caracterizado por textos produzidos a partir de encontros entre falantes e pesquisadores, em que os quilombolas disponibilizaram suas histórias e memórias em momentos não espontâneos, frente a câmeras de vídeos e de fotografia. Essa condição inicial foi o primeiro passo de uma construção estética deliberada.

Durante o processo de elaboração dos discursos foram necessários estímulos dos pesquisadores em direção à produção e exposição dos textos possíveis. Destarte, trata-se de textos compostos a partir de uma representação vinculada à interação comunicativa com os pesquisadores. Tal constituição configura o caráter literário e cultural dos resultados, dinamizando o conceito de produção identitária do quilombo no nível da comunicação com a sociedade de um modo geral, afastando a possibilidade da emergência de estereótipos falsificadores, tanto em relação à cultura quilombola que aqui se apresenta, quanto à natureza do trabalho acadêmico. Em relação à primeira estereotipia mencionamos a ideia de práticas tradicionais imobilizadas, sem contato com a realidade contemporânea, que muitas vezes não condiz com a realidade quilombola e, em relação à segunda, apontamos para a desvalorização generalizada das expressões literárias, culturais, estéticas e artísticas de comunidades tradicionais, como fonte de conhecimento, típica da mentalidade tecnocientífica, utilitarista e globalizada, hegemônica atualmente, que tampouco condiz com a realidade cultural da nação brasileira, suas necessidades e modos. Embora haja, nesse trabalho, a possibilidade de identificação, nos discursos, de várias vertentes do conhecimento, a dimensão literária, aqui, se delinea através do foco nas faculdades criativas e estéticas de todos os participantes do processo.

Tal especificidade é importante, entre outras coisas, na medida em que oportuniza a percepção da alteridade representada pela realidade quilombola, trazendo em seu escopo elementos de alternativas e diversidade na construção do pensamento sobre identidade num mundo cada vez mais uniformizado pela globalização. O leitor percebe, através dos textos das Histórias da Ilha, que outro mundo existe e é possível, além do mundo da cultura urbana, tecnicizada, utilitarista, de consumo. E esse outro mundo que existe, e que se apresenta aqui, alimenta nossas esperanças e sonhos para além da “pantalização” tecno-computacional, nos orientando para uma proximidade maior com a ideia de vida em comunidade, com vínculos à terra, aos rios, às plantas e aos animais.

Determinadas estruturas discursivas e especificidades da organização frasal, nesses textos, configuram uma forma linguística predominante na poética dos quilombolas da Ilha de São Vicente por aparecerem recorrentes e invariáveis, surgindo repetidamente nos níveis sintático e gramatical das histórias dos habitantes entrevistados pertencentes às gerações das décadas de 1940 e 1950. Essa forma é, no geral, expressa através de um estilo discursivo de notável clareza. Arriscamo-nos a atri-

buir os fundamentos disso - que chamamos obviamente de maneira deve-ras metafórica, “clareza” -, à organização paratática dos textos, ou seja, à utilização predominante do encadeamento de orações coordenadas na estruturação dos enunciados. Muitos dos discursos são organizados no formato de uma série de acontecimentos semelhantes que são retomados em forma de repetição, a partir dos inícios das orações principais, à moda dos textos literários mais antigos do registro escrito ocidental, e que correspondem a um modo de vida em que as ordens dos elementos ambientais são fixas e o espaço estreito. Segue abaixo trechos das Histórias de Maria Rita, que corroboram essas considerações:

Eu vou lá no mato. Eu pego os coco. Trago na carrocinha. Aí eu vou quebrar ele. Aí eu torro. Trabalhava na roça. Quebrava coco. Apanhava algo-dão. Apanhava fava. Apanhava feijão. Eu fiava na roca. Fiava no fuso. Foi montado um tear pra mim. Eu tecia rede. Tecia coberta. Quando o ar-roz madurava, ajudava apanhar. Quando o algodão madurava, ajudava apanhar. Quando o feijão madurava, ajudava apanhar. As favas, pela mes-ma forma. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

Vemos aqui, com nitidez, como a parataxe é corroborada numa estruturação anafórica¹, qual seja, a da coesão textual centrada no pro-nome ‘eu’, estando ele presente ou elipsado. Já a correlação entre o modo de vida simples, primitivo, com a ordenação paratática do discurso literá-rio pode ser encontrada na análise que Erich Auerbach faz da *Canção de Rolando*, do século VIII d.C:

A construção paratática é, nas línguas antigas, própria do estilo baixo, é mais falada do que escrita, de caráter mais cômico-realista do que sublime [...]. O objeto da *Canção de Rolando* é estreito, e para os seus homens, nada de fundamental é questionável. Todas as ordens da vida, e também a ordem do além, são unívocas, inamovíveis, fixadas formalmente. [...] No interior deste espaço há riqueza e ternura de sentimentos, e também um certo colorido das aparências exteriores; mas a moldura é tão estreita e rí-gida, que é difícil aparecerem a problemática ou, menos ainda, a tragédia. Somente os poetas da língua vulgar viam o homem vivente e encontraram a forma na qual a parataxe possui força poética [...] souberam valorizar o discurso direto como tom e como gesto. (1971, p. 94 e 101)

Obviamente há enormes diferenças entre as poéticas do contexto medieval mencionado por Auerbach e a esfera cultural do Quilombo Ilha de São Vicente. Observando as devidas reservas de comparação entre

1 “Sob o nome de anáfora, os pronomes podem ser analisados como uma manifestação de um processo muito mais amplo: o uso de uma variedade de mecanismos lingüísticos para gerar coesão, (...) diversos estudos buscam discutir outras formas de referência anafórica, tais como sintagmas nominais anafóricos não-pronominais e elipses verbais – ver, por exemplo, Webber (1979) e Hoey (1991)”. (ROCHA, 2000)

épocas históricas tão distantes, nunca seria demais salientar que no contexto da Ilha, os habitantes quilombolas, produtores dos discursos registrados pelos pesquisadores, além de não estarem reproduzindo conteúdos heroicos análogos às *canções de gesta* ou aos *romances de cavalaria* da Idade Média, também não se consideram normalmente, a si próprios, como poetas, embora, no momento do registro de suas falas, estivessem conscientes do seu papel referente à intencionalidade de produção de um discurso poético, a qual foi proposta pelos pesquisadores e aceita pelos falantes. Posto isso, percebemos, não obstante, nitidamente, na história citada acima, de Maria Rita, a organização poética a partir da tendência à regularização métrica, aproximando as frases da versificação em formas redondilhas menor e maior (cinco e sete sílabas), típicas das *cantigas portuguesas* da Idade Média e uma estruturação básica do ritmo da Língua Portuguesa notadamente em suas canções de roda e literatura de cordel. O ensejo da aproximação do discurso de Maria Rita ao gênero poema é dado pela evidente musicalidade, pois como Antônio Cândido diz, “todo poema é basicamente uma estrutura sonora” (1996, p.23). No mais, sendo uma mulher que passa várias horas por dia quebrando coco, ou seja, executando um ritmo específico com as mãos, num engajamento corporal total, notamos em sua fala a extensão do ritmo desse seu trabalho, que é também o seu modo de vida. Destarte, associamos a emergência espontânea do discurso direto, pela parataxe – em que, dentre várias características, destacamos, em nível de estrutura da oração, a clareza do sujeito como princípio recorrente na construção do discurso –, como uma forma extensiva e inerente ao modo de vida dos habitantes da Ilha, análogo ao modo de vida medieval.

Esse modo de vida se caracteriza por uma organização comunitária de núcleos familiares com trabalhos distribuídos de forma não especializada e não hierárquica em comparação com a intensa especialização e fragmentação do modo de vida comum nas cidades contemporâneas, o que equivale a dizer que são sujeitos configurados sobre uma noção existencial permeada pela qualidade de “inteireza” em contraste com a fragmentação ou dissociação (entre discurso, emoções e fazeres) a que estamos acostumados a encontrar no modo de vida hegemônico da atualidade.

Aqui o sujeito é realmente o centro do qual emerge um discurso alinhado à totalidade da pessoa falante. Nada nos discursos dos quilombolas é abstrato ou exótico em relação à vida vivida. Nesse sentido, a relação do modo de vida com a linguagem poética dos habitantes da Ilha

se aproxima bastante da ligação encontrada por Auerbach entre os poemas medievais e as condições de vida das comunidades das gentes simples, pois, embora nem todos os habitantes da Ilha sejam analfabetos, na verdade as características gerais da predominância da variante oral da língua, vinculada aos fazeres culturais simples de uma comunidade isolada, se aproximam bastante dos elementos mencionados por Auerbach na descrição da poética organizada pela parataxe.

Acrescenta-se à argumentação acima o entendimento de que esse sujeito não deve ser confundido com o conceito de autor. Provavelmente não passaria pela cabeça de qualquer um desses quilombolas, que se fizeram narradores e poetas, a ideia de que são autores dos textos que construíram a partir de suas falas, no sentido que geralmente se dá à autoria literária do mundo dos livros. Enquanto integrantes de uma comunidade e falantes das histórias dessa comunidade, esses narradores e poetas quilombolas expressam sentidos linguísticos sob o ponto de partida do “ser” e não do “ter”; eles não pretendem ser possuidores das palavras que pronunciam, eles *são* as palavras que pronunciam. Parecem exemplificar as explicações fenomenológicas de Merleau Ponty sobre a relação entre corpo e linguagem:

(...) a palavra é um certo lugar de meu mundo linguístico, ela faz parte de meu equipamento, só tenho um meio de representá-la para mim, é pronunciá-la, assim como o artista só tem um meio de representar-se a obra na qual trabalha: é preciso que ele a faça. (ponty, 1999, p. 246)

Embora à primeira vista a caracterização desses textos como estruturas que especificamente destacam a instância gramatical do sujeito, possa parecer paradoxal – no caso de estarmos condicionados a um olhar (que chamaremos provisoriamente) de “colonizador” ou “institucionalizado” na medida em que, politicamente e juridicamente os quilombolas são de certa forma “tutelados” pelo Estado, ou seja, são pessoas às quais não se atribui uma autonomia política propícia à emergência do sentido de sujeito –, de fato a condição quilombola, com seu peculiar isolamento, prefigura um tipo de vida livre dos enquadramentos complexos da estruturação da civilização nos moldes das cidades administradas pelos equipamentos do Estado.

Esse tipo de vida, que tem uma voz e uma fala, apresenta vínculos muito frágeis tanto com o conceito de autor tanto quanto com o conceito de sujeito nos modos da epistemologia ocidental corrente. Tais modos, mesmo reconhecendo a impessoalidade inerente à linguagem e o enorme problema da determinação do sujeito em nível ontológico, geralmente

configuram o autor como a instância complementar ao leitor pela mediação da escrita (Barthes²) e o sujeito como uma construção filosófica fundada na consciência de si a partir de uma ética bem determinada politicamente em suas raízes greco-romanas (Foucault³), os quais não se evidenciam de forma preponderante nos discursos dos habitantes do Quilombo Ilha de São Vicente.

Apesar da existência de uma classificação desse gênero de comunidade e da construção identitária específica do sujeito quilombola estar contida na origem do termo “quilombo” em seus marcos constitucionais e institucionais, essa própria classificação aponta para um tipo de vida específico e diferenciado – tanto da vida nas cidades, com suas periferias, como da vida nas zonas rurais em seus formatos de unidades produtivas de propriedade privada, integradas à cadeia econômica comum –, aproximando-se da configuração das comunidades indígenas no que se refere à tutela do Estado e às condições especiais do estatuto territorial, mas também se diferenciando dessas por não apresentarem uma estruturação comunitária mais complexa de funcionamento social⁴, como é o caso das comunidades indígenas.

Notadamente pelo ângulo de aproximação entre as formas de vida quilombola e indígena, observamos que a noção arraigada de pessoalidade, conjugada à recorrência do sujeito na estrutura discursiva, se coaduna

2 “(...) o autor nunca é nada mais para além daquele que escreve, tal como ‘eu’ não é senão aquele que diz ‘eu’: a linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer suportar a linguagem, quer dizer, para a esgotar”. (BARTHES, 1984, p. 51)

3 “(...) este fenômeno cultural de conjunto (incitação, aceitação geral do princípio de que é preciso ocupar-se consigo mesmo) constituiu, a um tempo, um fenômeno cultural de conjunto, próprio da sociedade helenística e romana (de sua elite, pelo menos), mas também um acontecimento no pensamento. Parece-me que a aposta, o desafio que toda história do pensamento deve suscitar, está precisamente em apreender o momento em que um fenômeno cultural, de dimensão determinada, pode efetivamente constituir, na história do pensamento, um momento decisivo no qual se acha comprometido até mesmo nosso modo de ser de sujeito moderno”. (FOULCAULT, 2006, p. 13)

4 “Após muitos debates envolvendo profissionais e estudiosos de diversas áreas (principalmente do direito e da antropologia), o termo (Quilombo) passou a ser definido enquanto grupo étnico, entendido como unidade social com relações territoriais específicas, organizados em vida comunal, cujos membros compartilham sentimentos comuns de pertencimento e elegem - a partir de critérios internos - elementos capazes de diferenciar os membros do grupo dos não membros. Sua organização seria marcada pela apropriação e uso coletivo da terra e dos recursos disponíveis”. (BRASIL, 2017)

com uma visão de mundo especificamente indígena, caracterizada justamente pela centralidade do sujeito em seus discursos, expressa num certo tom de indiferenciação das dimensões subjetiva e objetiva a partir da ideia de sujeito vinculada à personalidade atribuída a todos os seres, inclusive para além do humano, como é apontado por Viveiros de Castro, referindo-se à estrutura dos mitos indígenas e contrapondo-se à visão de Lévi-Strauss, que via, ao contrário, nesse caso, ausência de sujeito nesses mesmos mitos:

Discurso sem sujeito, disse Lévi-Strauss do mito (1964, p. 19); discurso *só sujeito*, poderíamos igualmente dizer (...), o mito fala de um estado do ser onde os corpos e os nomes, as almas e as ações, o eu e o outro se interpenetram, mergulhados em um mesmo meio pré-subjetivo e pré-objetivo. (CASTRO, 2002, p.243)

Vale ressaltar que a proximidade cultural entre o Quilombo Ilha de São Vicente e o modo de vida ameríndio (indígena) é claramente enunciada pela líder quilombola Fátima Barros em seu discurso registrado no *site* Histórias da Ilha:

A origem da família Barros também perpassa pelos ancestrais indígenas, ocupantes originários do território, que eram os Araras e os Curi Araras. Eles ocupavam toda essa região da costa do sul do Pará. O encontro entre africanos e indígenas garantiu a continuidade da família. O meu bisavô se casou com uma indígena da nação Arara, depois meu avô se casa com uma descendente dos Apinajés. (BARROS, 2019)

Observamos aqui que, dentre as histórias registradas pela pesquisa, há uma narrativa mitológica, a “Lenda da Cobra Norato”, sobre o surgimento dos rios Araguaia e Tocantins, que se aproxima claramente à ocorrência da estrutura do sujeito típica dos ameríndios mencionada por Viveiros de Castro, em que vemos a índia-mãe ocupando o lugar de sujeito, e seus bebês, que ao mesmo tempo são cobras transformando-se em rios, também ocupando o lugar de sujeito, não no sentido gramatical apenas, mas sim no sentido de personalidade imputada à instância do sujeito como núcleo do discurso mitológico. Trata-se de uma lenda que aparece em outros lugares do Brasil, e que tem uma versão nesse quilombo:

Sua barriga começou a crescer, crescer e, no final dos nove meses esperando seu bebê, ela procurou um pequeno lago - porque naquele tempo ainda não existiam os grandes rios - e ali teve o seu filho. Mas de dentro de seu ventre saem duas serpentes negras. Uma serpente sai brava, forte, com os olhos de fogo. Ela não cabia em si mesma. Então ela corta o Cerrado, e transforma-se no rio Tocantins. A outra serpente, calma, tranquila, com os olhos verdes, corpo prateado, sai lentamente, corta o Cerrado, e nasce o rio Araguaia. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

Esse estilo discursivo dos povos ameríndios, em que o sujeito tem centralidade, no sentido de emergir continuamente das relações de dependência de todas as formas entre si, associado à transformação das figuras veiculadas pelos substantivos, é explicado da seguinte maneira, através do conceito de “perspectivismo”, por Viveiros de Castro,

[...] o que parece ocorrer no perspectivismo indígena é que substâncias nomeadas por substantivos como “peixe”, “cobra”, “rede” ou “canoa” são usadas como se fossem relatores, algo entre o nome e o pronome, o substantivo e o dêitico. [...] Alguém é um pai apenas porque existe outrem de quem ele é o pai: a paternidade é uma relação, ao passo que a peixidade ou a serpentina é uma propriedade intrínseca dos peixes e cobras. O que sucede no perspectivismo, entretanto, é que algo também só é peixe porque existe alguém de quem este algo é o peixe. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 261)

Observamos esse estilo também em outras narrativas das Histórias da Ilha, como na história da “Sexta-feira da Paixão”, em que seres humanos se comunicam verbalmente com macacos, nas histórias do “Nêgo D’Água” e dos “Encantados do Rio Araguaia” em que entidades sobrenaturais interagem com o mundo humano.

Do ponto de vista literário, tais narrativas podem ser categorizadas como textos de literatura oral, sendo que a “Lenda da Cobra Norato” poderia ser classificada como literatura folclórica. Tais classificações estariam de acordo com o critério adotado por Câmara Cascudo como segue:

Uma produção, canto, dança, anedota, conto, que possa ser localizada no tempo, será um documento literário, um índice de atividade intelectual. Para que seja folclórica é preciso uma certa indecisão cronológica, um espaço que dificulte a fixação no tempo. (CÂMARA CASCUDO, 2012, p.14)

O conceito de literatura oral tem sido problematizado, com razão, quando aparece associado a uma noção de hierarquia de valores sobre a ideia de literatura, no sentido de geralmente ser considerado primitivo em associação com o significado sub-reptício de algo não desenvolvido ou não profundo o bastante em contraste com a literatura escrita.

Trata-se de haver muitas vezes um fundo de mentalidade evolucionista agregada a ideias desenvolvimentistas relacionadas às culturas humanas, que acaba por desvalorizar as poéticas produzidas por pessoas que, de alguma forma, não se encaixam no tipo de estrutura e de visão de mundo europeizado e alfabetizado. Embora esse tipo de mentalidade, evidentemente, revele uma noção estética bastante limitada por parte dos

que a propagam, esse mesmo vínculo de gradação evolutiva – entre oralidade e escrita –, acaba se revelando na persistência (e inerência) da oralidade como base para o aparecimento da escrita, como nos aponta Walter Ong:

Na realidade, as culturas orais produzem realizações verbais impressionantes e belas, de alto valor artístico e humano, que já não são sequer possíveis quando a escrita se apodera da psique. Contudo, sem a escrita, a consciência humana não pode atingir o ápice de suas potencialidades, não é capaz de outras criações belas e impressionantes. Nesse sentido, a oralidade precisa e está destinada a produzir a escrita. [...] Dificilmente haverá uma cultura oral ou uma cultura predominantemente oral no mundo, hoje, que não esteja ciente da enorme pletera de capacidades absolutamente inacessíveis sem a cultura escrita. Essa consciência é angustiante para pessoas enraizadas na oralidade primária, que desejam ardentemente a cultura escrita, mas que estão igualmente conscientes de que entrar no mundo cheio de atrativos da cultura escrita significa deixar atrás de si boa parte do que é fascinante e profundamente amado no mundo oral anterior. (ONG, 1998, p. 23-4)

Sabe-se que do ponto de vista fenomenológico, em nível mental, a produção do discurso jamais prescinde da oralidade como suporte, mesmo em suas versões mais sofisticadas e longas aparecidas em suporte escrito⁵. Consideramos que o Quilombo Ilha de São Vicente seja uma comunidade representativa da predominância da variedade oral da Língua Portuguesa em suas expressões tanto cotidianas, quanto poéticas, embora não seja uma comunidade que possamos classificar definitivamente como de “cultura oral primária” no sentido de não possuir contato com a variante escrita. No entanto, podemos observar que os textos produzidos pelos habitantes pertencentes às gerações das décadas de 1940 e 1950, reunidos nas Histórias da Ilha, têm características bastante condizentes com a seguinte afirmação de Walter Ong:

O pensamento prolongado, quando fundado na oralidade, até mesmo nos casos em que não se apresente na forma de versos, tende a ser altamente rítmico, pois o ritmo auxilia na recordação, até mesmo psicologicamente. (ONG, 1998)

5“(…) a despeito dos mundos maravilhosos que a escrita abre, a palavra falada ainda subsiste e vive. Todos os textos escritos devem, de algum modo, estar direta ou indiretamente relacionados ao mundo sonoro, hábitat natural da linguagem, para comunicar seus significados. ‘Ler’ um texto significa convertê-lo em som, em voz alta ou na imaginação, sílaba por sílaba na leitura lenta ou de modo superficial na leitura rápida, comum a culturas de alta tecnologia. A escrita nunca pode prescindir da oralidade”.(ONG, 1998, p. 16)

Todas as características apontadas aqui - com referência às considerações sobre sujeito e literatura oral no Quilombo Ilha de São Vicente -, não se aplicam ao discurso enunciado pelos jovens nascidos nas décadas de 1990 e 2000, pois estes já fazem parte da geração que realiza parte dos sonhos dos mais velhos, que era “estudar”. A ânsia pelos estudos, expressa nos discursos dos mais velhos, parece corroborar a afirmação de Walter Ong, citada acima, sobre a consciência angustiada das pessoas enraizadas na oralidade desejando a cultura escrita como forma de integração aos “avanços” do mundo.

Obviamente, associado à alfabetização e à escolaridade prolongada, surge um discurso estruturado em outras bases, quais sejam, encadernamento de frases por subordinação, pensamento abstrato e a ausência da poética no nível da expressão oral. Embora entre os integrantes da nova geração existam jovens que se autodeclaram poetas, esses se fazem no nível da escrita. Podemos observar a ânsia pelos estudos no discurso de Virgílio Barros, nascido em 1943, no seguinte trecho:

Vontade de estudar mais eu tinha, mas a condição era pouca, que eu tinha que ajudar o veio na roça. Até achei oportunidade, mas o veio disse “não, fica aqui mais eu, trabalá mais eu”, e eu ficava lá, mais o veio, trabalhando. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

Em continuidade temática podemos observar essa ânsia contada por uma jovem quilombola universitária, Helisana Barros, que, embora o esteja fazendo no registro oral, apresenta um discurso organizado nitidamente através da influência da variação escrita que sabemos ser enfatizada ao longo da escolarização prolongada:

[...] conversando com minha vó, que é mãe do meu pai, Vicência Barros, eu vejo nela a sede que tinha de ter ido à escola, a sede que minhas tias, as irmãs dela, também tinham. Meus tios tinham sede de ter ido à escola e não tiveram a oportunidade, então é muito gratificante estar realizando este sonho que foi motivado por eles. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

Face à diferença de forma de vida entre as gerações, surge uma nova configuração do sentido de sujeito no contexto quilombola. Esse sentido pode ser finalmente apreendido do seguinte trecho da palestra de Fátima Barros, líder do Quilombo Ilha de São Vicente:

[...] em 2010, após o despejo que sofremos da Ilha, comecei a me descobrir enquanto mulher negra, enquanto resistência. A partir do momento em que eu parei de alisar o cabelo, quando eu decidi valorizar isso que eu sou, o meu fator identitário, eu senti que de alguma forma consegui me fortalecer muito mais, tanto espiritualmente quanto demarcando meu espaço também. Me permiti que a identidade aflorasse, e isso é muito mais

que o cabelo, é muito mais que o turbante, apesar desses sinais servirem para a comunicação e assim conseguirmos dizer: “nós estamos aqui, nós existimos”. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

Trata-se agora do sujeito político associado à noção de “resistência” do Quilombo e dos quilombolas no enfrentamento dos invasores e das forças de dissolução da cultura e do território, justamente à medida proporcional da institucionalização da comunidade pelo Estado.

3. Figuras: a família, os bichos, as plantas, o trabalho e o rio

A família aparece como figura central das Histórias da Ilha. Os laços entre pais e filhos, irmãos e primos, constituem o forte território afetivo que enraíza as relações culturais. São através desses laços que se realizam o trabalho, a festa, a esperança e o próprio ser individual de cada uma das personalidades. O amor dos pais pela terra, pela Ilha, é a referência do enraizamento no território físico. Ser do território é equivalente a amar o território. A reverência e o respeito aos mais velhos e aos antepassados derivando a hierarquia tradicional que vai da autoridade dos mais velhos descendo aos mais novos é uma das expressões discursivas norteadoras das histórias, e determina o tom das relações humanas. Isso fica bem claro na história “Pai dos meninos”, contada por Miguel Barros:

A minha mãe conta também que pra eu nascer, dei mais trabalho do que os outros. Foram nove dias pra eu terminar de fazer meu processo de nascimento. Foram nove dias a minha mãe sofrendo comigo. Mas graças a Deus deu pra mim crescer. O Raimundo, meu pai adotou mesmo como dele. E eu era da minha mãe. A minha mãe trabalhava, lavava roupa, quebrava coco, e eu ficava com os meninos mais pequenos. Éramos oito irmãos. Está todo mundo vivo. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

As relações entre iguais são entre os primos e não entre os irmãos, como é possível entrever na história “Burro n’água”, contada por Virgílio Barros:

Eu trabalhava no Marabá arriando castanha. E uma vez, era inverno, mês de Fevereiro pra Março, nós chegamos num local onde nenhum de nós tinha ido antes. Nós éramos três companheiros: eu e dois primos meus. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

O paradigma da obediência é um forte norteador da organização hierárquica familiar. A intimidação através de violência física (taca) é sempre lembrada como método educativo ora transgredido, se era aplicado pelos pais, ora aplicado com entusiasmo, se era exercido pelas crianças.

Outra figura importante é a dos bichos. Podemos discernir dois tipos básicos de figuras de bichos: os temidos e os assimilados. O boto, o macaco (Guariba), a cobra, o jacaré, são temidos porque não são úteis para o consumo, não são assimilados como elementos da composição da vida ordinária em seu transcurso pelo trabalho, convívio e afetos. Porém é do encontro com os bichos temidos que surgem várias histórias, como podemos ver em “Assobio de boto”, contada por Pedro Barros: “Aqui tem um Boto que assobia. A mulher tem medo dele que só. Quando ela escuta ele vindo, ele assobiando, logo ela corre de lá da beira do rio pra cá. E o Boto faz medo mesmo” (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019).

Nesse sentido, esses seres estranhos pertencem ao imaginário e aos afetos tanto quanto os outros, porém pelo lado do estranhamento, o qual origina o senso de aventura, de novidade, detonadores de histórias e poéticas. Sob um certo ângulo os bichos selvagens representam o lado imaterial da Ilha, em que pese a ironia de serem os primeiros ameaçados de extinção pelas condições terríveis da situação ambiental e ecológica da atualidade.

Através dos bichos aparece, frequentemente, no nível estrutural, o acontecimento nuclear, o clímax de uma história – como o perigo sentido e enfrentado no encontro com um ser temido. Os peixes, patos, galinhas e o gado, são os bichos que se configuram como elementos pródigos do território. Simbolizam riqueza, abundância, alimento ou beleza, como vemos em “Os peixes”, história contada por Pedro Barros: “Os peixes que nós pegávamos muito eram o Pirarucu, que é o Piroasca, o Filhote, a Dourada, Pirarara. O Pirarara ainda existe, mas o Filhote, a Dourada, Pacu Manteiga e o Pirarucu estão em extinção” (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019).

As figurações do vegetal transitam do estatuto das plantas nativas comestíveis, às frutas da meninice, até às árvores especialmente plantadas no dia do nascimento de cada filho, inscrevendo uma espécie de irmandade vegetal, desde o importante babaçu, colhido, quebrado e transformado em óleo pelas mulheres, às ervas medicinais, às plantações e roças, além do simples mato, pois desse mato retira-se tudo o que se precisa para fazer as construções das moradias, como lemos em “Construindo habitações”, história contada por Miguel Barros:

A gente vai no mato com um machado, corta umas forquilha, aí tira umas travessa, tira os caibro. Isso é tudo normal, tudo roliço. Aqueles que querem mais chique, descascam. A gente tira aquela madeira, cava, infinca. Vamos pra palha do coco agora. Aí corta uma taboca, coloca nos pé de

coco, derruba aquela palha, vai riscar a palha todinha pra poder cobrir. Vai no mato, tem o “cipó de escada”, que é o cipó que a gente amarra a palha. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

As principais figuras do trabalho são a pescaria e a agricultura pelos homens e os serviços domésticos e o “quebrar coco” pelas mulheres. O comércio aparece em decorrência dessas atividades. O trabalho é intrínseco à subsistência e ao ritmo da vida na Ilha e sua técnica é passada de pais para filhos; revela-se nas histórias sob tons emocionais que vão de uma certa amargura indicativa de sofrimento associada a um sentido de ausência de oportunidade de estudos, à alegria associada aos seus frutos e muitas vezes a aventuras. É interessante notar que a “pescaria” é considerada “descanso” em relação à atividade de agricultar, como vemos na história “Pescador”, contada por Virgílio Barros:

Gosto tanto de plantar quanto de pescar. Na hora que estou de folga vou pescar. Na hora que tem o serviço, paro a pescaria, vou trabalhar. Às vezes eu saio de casa e passo oito dias no rio, mariscando dia e noite. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

A figura do rio é obviamente presente mesmo quando pareça ausente, desde que se impõe na própria feição do território, caracterizado como Ilha. O Araguaia raramente é nomeado nos discursos dos habitantes da Ilha. Ele é simplesmente “o rio”. Aparece quase sempre como pano de fundo, elemento tão básico quanto quase invisível. Assim como a terra em que se planta e se colhe nunca aparece nomeada – e quando é mencionada, isso ocorre em situações e contextos negativos, como falta de fertilidade, insuficiência – o rio, em que se pesca e pelo qual se transita também não aparece muito e, quando menciona-se o rio, na maioria das vezes é por motivo para a expressão do medo do perigo que ele pode representar, de modo que sua função positiva fica na maior parte do tempo invisibilizada, como vemos Pedro Barros contar na história “Aprendendo a Nadar”:

Eu era pequeno e não sabia nadar. Aí eu ia lá pra beira do rio, ficava junto com os patos, querendo nadar. Mas quando meu pai me via, me pegava e era uma taca. Aí ele dizia: “isso é pra nunca mais você ir pra dentro do rio, porque a água não tem cabelo. Tenha cuidado senão vai pegar outra surra”. (HISTÓRIAS DA ILHA, 2019)

Arriscamo-nos a interpretar que a vida no quilombo Ilha de São Vicente, depreendida de seus discursos, reflete uma autonomia existencial raramente comparável à que se tem numa vida comum na cidade, porém ao mesmo tempo essa vida aparece como integrante de uma camada

populacional fragilizada por ameaças de invasores concomitante ao desamparo e desassistência dos poderes públicos.

Uma das palavras que mais aparecem nas falas dos quilombolas quando perguntados sobre o que mais gostam da Ilha, é “sossego”. Para o quilombola, seu território é onde ele pode estar “sossegado”, o que equivale a ser autônomo ou livre, no sentido de ter espaço para realizar nesse lugar aquilo que se é.

4. *Observações sobre a variação oral da língua portuguesa na Ilha*

As Histórias da Ilha apresentam peculiaridades recorrentes e marcantes quanto à variante oral da língua portuguesa. Observamos de forma bem nítida uma variação sintática no uso do advérbio “mais” no lugar da conjunção aditiva “e”. Exemplo: “Meu pai mais meu irmão Raimundo pescavam muito”. É interessante notar que essa substituição ressalta a clareza do sentido de adição, que fica mais aparente na utilização do advérbio “mais” do que na utilização do conectivo “e”. Esse uso do advérbio na função conectiva não é exclusivo dos habitantes da Ilha, pois parece que é possível observar essa ocorrência na língua falada do povo em todo o Brasil.

Do ponto de vista da variação lexical destacamos a peculiaridade de substantivos que aparecem nas falas e discursos a partir dos seguintes ângulos: pelo aspecto de raridade em relação a outros contextos, ou seja, termos que foram considerados diferentes ou novos pelos pesquisadores e termos que se destacam pelo aspecto de expressarem a formação ou preservação de nomes algumas vezes oriundos de matrizes linguísticas indígenas referentes a peixes e plantas.

Com relação ao primeiro aspecto notamos várias vezes a ocorrência do substantivo “taca”, que tem o sentido de castigar com alguma agressão física e a ocorrência do substantivo “valença”, que significa algo como sorte. Com relação ao segundo aspecto podemos observar a ocorrência abundante de nomes de peixes e plantas que são responsáveis por delinear as principais imagens das histórias, alguns nomes de plantas são: tuturubá, marajazinho, abiu, muta, vinagreira, negra mina, toari. Alguns nomes de peixes são: aruanã, tambaqui, caranha, mandi, cará, cari, pacu e pirarara.

Notamos também, de modo geral, a presença de vários casos da variação oral estilístico-pragmática comum à língua portuguesa no senti-

do de uma diferenciação com relação a uma variante que poderíamos classificar de “mais formal”. São elas: a eliminação do plural nos nomes e nos verbos nas concordâncias verbais e nominais (exemplo: “os boto”, “nós colhia”); variação morfológica na modificação do som do “ã” para “e” para verbos do modo indicativo na segunda pessoa do plural (“rememo” em lugar de remamos, por exemplo); variação morfológica na modificação do som do “lh” para “i” (“cangaio” em lugar de “cangalho”); o uso do pronome “mim” em lugar do “eu” nas construções de concordância pronominal com verbo no infinitivo demandando sujeito; variação morfológica na forma de elipses ou cortes de diminuição de palavras (“tá” em lugar de “está”); variação lexical no uso de palavras consideradas em si mesmas como termos populares (exemplo: “poita”); variação fonética em alterações do som do “v” pelo “b”; expressão metafórica no lugar de advérbio (exemplo: “toda a vida” em lugar de “sempre”); variação sintática na eliminação, em várias ocasiões, dos elementos determinantes que normalmente seriam expressos pelos artigos o e a; constante utilização das formas aumentativas e diminutivas; variação morfológica na aposição do som da letra “a” antes de alguns verbos (exemplo: “alimpar” em lugar de limpar).

5. *Considerações finais*

Pela própria constituição histórica de sua estrutura política, os saberes quilombolas tendem a ser desprezados como válidos pela sociedade padronizada dos costumes consumistas da era da globalização em massa. O fato evidente da exclusão cultural enseja portanto um posicionamento nitidamente favorável a um esforço de reversibilidade da tendência à marginalização de tais saberes, com vistas à recuperação de uma espécie de riqueza até então desconhecida, vinculada à forma de vida, ao conhecimento e enfim, aos discursos das comunidades tradicionais.

Os quilombolas, esses estrangeiros ancestrais em relação à cultura de massa predominante em nossa vida agora, personificam, com relação às histórias que contam, verdadeiros mensageiros das raízes de nossa história material em consonância com a dimensão do imaginário em relação a essas raízes.

Esperamos que o trabalho de análise de aspectos relevantes da esfera discursiva poética dos habitantes da Ilha de São Vicente tenha contribuído para a preservação e disseminação dessa riqueza que se expressa numa literatura popular, genuinamente brasileira e regional, relativamen-

te desconhecida do público devido às circunstâncias contextuais limitativas de cunho político e histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O Rumor da língua*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1984.
- BRASIL, Rosângela Lima. A construção dos remanescentes de quilombos: produções discursivas, pluralidade, homogeneização e invisibilidades em debate. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/aconstrucaoedosremanescentesdequilombosproducoesdiscursivaspluralidadehomogeneizacaoem.pdf>. Acesso em 21 nov. 2020.
- CÂNDIDO, Antônio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo, Humanitas, 1996.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo, Global, 2012.
- CASTRO, Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo, Cosacnaif, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HISTORIAS DA ILHA. 2019. Disponível em: <https://www.historiasdailha.com>. Acesso em: 28 de nov. de 2020.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, Papirus, 1998.
- ROCHA, Marco. Relações Anafóricas no Português Falado: Uma Abordagem Baseada em Corpus. *Delta*, v.16, n. 2, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200002> Acesso em: 26 nov. 2020.